



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 618/12

Dispõe que o transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual.

Art. 1º O transporte coletivo público intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, como serviço público, terá sua organização, gerenciamento e planejamento providos pela Administração Pública Estadual.

§ 1º No âmbito da Administração Pública Estadual, as competências para delegação do serviço de transporte coletivo público intermunicipal de passageiros de linhas rodoviárias e metropolitanas do interior, bem como as funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do mesmo serviço serão exercidas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR.

§ 2º No âmbito da Administração Pública Estadual, as competências para delegação do serviço de transporte coletivo público intermunicipal de passageiros entre os Municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná, da Região Metropolitana de Curitiba, bem como as funções fiscalizatórias, de planejamento e de gestão do mesmo serviço serão exercidas pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei Estadual nº 6.517 de 02 de janeiro de 1974.

§ 3º No exercício das competências referidas no parágrafo anterior, fica a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC autorizada a celebrar convênios e/ou consórcios públicos com o Município de Curitiba e os entes de sua administração direta e indireta, bem como com os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, para integração de sistemas de transporte coletivo de passageiros e para delegação do exercício da fiscalização e gestão do serviço de transporte intermunicipal metropolitano.

§ 4º Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR autorizado a delegar o serviço de transporte coletivo público intermunicipal de passageiros nos Municípios da Região Metropolitana referidos no § 2º, que tenham ligação com os demais Municípios do Paraná, mediante autorização da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC.

Art. 2º Ficam o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, mediante procedimentos distintos e específicos, no âmbito de suas competências, autorizados a delegar a terceiros, por meio de concessão, precedida de licitação na modalidade concorrência pública, a prestação e a exploração de serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, pelo prazo de vinte anos.

§ 1º O prazo de concessão definido no *caput* do presente artigo poderá ser prorrogado, por igual período, em qualquer dos seguintes casos:

I – quando a concessionária houver prestado o serviço com regularidade e qualidade satisfatória, no prazo original da concessão;

II – quando, mediante apuração técnica do Poder Concedente, além do disposto no inciso anterior, for constatado que a concessionária não teve assegurado o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato, possuindo parcelas de investimentos em bens e instalações a depreciação ou remunerações tarifárias não auferidas durante a concessão.

§ 2º Os Editais das licitações referidas no *caput* do presente artigo poderão estabelecer como critério de julgamento qualquer daqueles previstos no art. 15 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 3º Como condição para o exercício da competência autorizada no artigo anterior, previamente à extinção das atuais concessões e permissões de serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, deverão ser observados os procedimentos previstos no art. 42 e parágrafos da Lei Federal nº 8.987/95.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar, por meio de Decreto, o Regulamento do Transporte Coletivo Intermunicipal Rodoviário e Metropolitano de Passageiros do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Ao Regulamento referido nesse artigo, estarão sujeitos todos os prestadores de serviços públicos e privados de transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, com exceção daqueles delegatários e autorizatários de serviços a que se refere o § 2º do art. 1º da presente Lei, que serão regidos por normas específicas.

Art. 5º Fica alterada a alínea "b", do § 1º do art. 59 da lei Complementar nº 131, de 29 de setembro de 2010, passando a contar com a seguinte redação:

"Art.59. ...

§ 1º ...

(...)

b) ao Auditor Fiscal nomeado para ocupar cargo de Secretário de Estado, de assessoramento ou direção no Poder Executivo Estadual ou Municipal, em casos de municípios sedes de Delegacia da Receita Estadual".

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

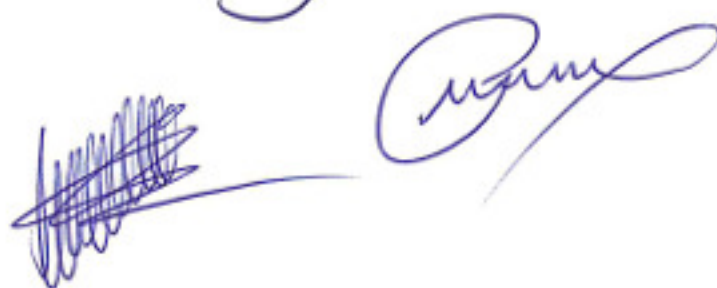
Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 621/12

Dispõe sobre as funções comissionadas no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1º As funções comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Paraná passam a ser regidas por esta Lei.

Art. 2º A denominação, classificação, quantidade, valores, requisitos de designação e as atribuições básicas das funções comissionadas passam a ser as constantes desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições específicas de cada função comissionada serão definidas em regulamento.

Art. 3º As funções comissionadas são de livre designação e dispensa, compreendendo as atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

Art. 4º São requisitos para a designação de servidor em função comissionada:

I - correlação fundamental entre as atribuições do cargo efetivo e as da função comissionada, para cujo exercício for designado o servidor;

II - formação superior ou técnica;

III - experiência compatível com a área de atuação;

IV - não ter cumprido sanção administrativa decorrente de infração disciplinar nos últimos dois anos.

§ 1º Os requisitos para designação previstos neste artigo não excluem outros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, por ato vinculante, com fundamento no art. 103-B, §4º, da Constituição Federal.

§2º O Presidente do Tribunal de Justiça expedirá regulamento sobre os requisitos de designação previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 5º A designação para a função comissionada vigora a partir da data da publicação do respectivo ato, competindo à autoridade a que subordinará o servidor designado dar-lhe imediato exercício.

Art. 6º É vedada a designação de servidor efetivo para o exercício de função comissionada quando estiver no exercício de cargo em comissão.

Art. 7º O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná destinará no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores efetivos de seus quadros.

Parágrafo único. Os 5% (cinco por cento) restantes das funções comissionadas poderão ser exercidas por outros servidores à disposição do Poder Judiciário, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos nesta Lei.

Capítulo II

Da Natureza Gerencial das Funções Comissionadas

Art. 8º Consideram-se de natureza gerencial as funções comissionadas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão.

Art. 9º As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos com formação superior e experiência compatível com a área de atuação, na forma de regulamento.

Art. 10. O servidor efetivo dos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça deverá ter se capacitado em curso de desenvolvimento gerencial proporcionado pela Administração, com carga mínima de trinta horas, para ser investido em cargo em comissão ou designação de função comissionada, ambos de natureza gerencial, a exceção das funções previstas no art. 29 desta Lei.

Parágrafo único. O curso previsto no *caput* deste artigo terá prazo de validade de quatro anos.

Art. 11. O descumprimento do contido no artigo anterior e seu parágrafo inviabilizará a designação em função comissionada, bem como a continuidade de seu exercício.

Capítulo III

Da Remuneração pelo Exercício da Função

Art. 12. O servidor designado para função comissionada perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida da vantagem pecuniária correspondente à função, nos termos do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Ao servidor designado para o exercício de função comissionada é vedada a percepção de encargos especiais.

Capítulo IV

Da Substituição de Titular da Função Comissionada

Art. 13. Haverá substituição nos casos de impedimento legal ou afastamentos eventuais do titular da função comissionada com atribuições de direção ou chefia.

Parágrafo único. A substituição depende de ato da Administração e recairá em servidor ocupante de cargo de provimento efetivo por prazo determinado não superior a cento e vinte dias.

Art. 14. Durante o tempo de substituição, o substituto perceberá a gratificação correspondente à função comissionada, na forma prevista no art. 12 desta Lei.

Art. 15. Poderá ser excepcionado, para efeito de substituição, o critério de escolaridade, na hipótese de inexistir, na unidade, servidor que preencha tal requisito.

Capítulo V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 16. Ficam ressalvadas as situações constituídas, relativamente a designação de funções comissionadas previstos nesta Lei, até trinta dias após a vigência desta Lei.

Art. 17. É vedada a designação das funções comissionadas para atribuições diversas das previstas nesta Lei e em regulamento.

Art. 18. É vedada a designação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em função comissionada prevista para o 1º Grau de Jurisdição, bem como de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná para qualquer função comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 19. A Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (ESEJE) deverá incluir em seus planos de capacitação ações voltadas à habilitação de seus servidores para o exercício das funções comissionadas de natureza gerencial, que deverão contemplar:

I - a definição dos requisitos mínimos do perfil profissional esperado dos servidores ocupantes das funções comissionadas, observadas as respectivas atribuições dos cargos efetivos e habilitação;

II - programa de desenvolvimento gerencial.

Art. 20. O Presidente do Tribunal de Justiça, por meio de Decreto Judiciário, disporá sobre a alocação das funções comissionadas na estrutura da Secretaria do Tribunal e das unidades do 1º Grau de Jurisdição.

Parágrafo único. O provimento das funções e a alocação que se refere o *caput* deste artigo deverão observar as reais necessidades das unidades, inclusive quanto à proporcionalidade numérica entre chefes e subordinados diretos.

Art. 21. Fica alterado o inciso I, do art. 4º da Lei nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ...

(...)

I - Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão e função comissionada;

(...)"

Art. 22. Fica alterado o art. 5º da Lei nº 16.748/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º ...

(...)

VI - Funções Comissionadas (FCO) - composto por funções de confiança, com atribuições de direção, chefia e assessoramento, privativo de servidor público ocupante de cargo efetivo".

Art. 23. Fica alterado o inciso I do art. 7º da Lei nº 16.748/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º ...

(...)

I - Parte permanente que é integrada pelos cargos de provimento efetivo que compõe as carreiras previstas na Lei nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008 e função comissionada;

(...)"

Art. 24. Fica alterado o art. 8º da Lei nº 16.748/10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º ...

(...)

III - Funções Comissionadas (FCO) - composto por funções de confiança, com atribuições de direção, chefia e assessoramento, privativo de servidor público ocupante de cargo efetivo".

Art. 25. O Chefe do Núcleo de Controle Interno, nos termos do art. 74 da Constituição Federal, será escolhido e designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após aprovação pelo Órgão Especial, dentre servidores efetivos e estáveis dos grupos ocupacionais superior ou especial do Quadro de Pessoal da Secretaria, para o exercício da função.

Art. 26. Fica revogado o art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 16.023, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores, bem como o art. 67 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 27. Lei específica disporá sobre os requisitos de designação e atribuições das funções de Diretor de Secretaria e Supervisor previstas nos arts. 4º e 5º da Lei nº 16.023/08.

Art. 28. Os valores percebidos a título de encargos especiais pelo exercício de funções comissionadas resultam convalidados.

Art. 29. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 30. A implementação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 623/12

Altera a Lei Estadual nº 16.748/10 e dispõe sobre os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterado o art. 33 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Ficam transformados 96 (noventa e seis) cargos de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em 87 (oitenta e sete) cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e 09 (nove) cargos de Técnico Especializado em Execução Penal.

§ 1º Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Infância e Juventude correspondem aos cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes dos Quadros Transitórios, criados pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que compuseram a Equipe Interprofissional do Serviço Auxiliar à Infância e à Juventude desde sua vigência até a publicação da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, que permanecem ocupando os cargos transformados.

§ 2º Os cargos de Técnico Judiciário transformados por esta Lei em Técnico Especializado em Execução Penal correspondem aos

cargos ocupados pelos servidores oriundos e remanescentes do Quadro Transitório de Pessoal da Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios, criado pela Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Órgão Especial, que permanecem ocupando os cargos transformados”.

Art. 2º Os Técnicos Especializados em Infância e Juventude integrarão a equipe interprofissional com as atribuições previstas nos arts. 150 e 151 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e serão lotados nos Juízos e unidades administrativas vinculados à Infância e à Juventude e, excepcionalmente, nas Varas de Família.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos de Técnicos Especializados em Execução Penal serão lotados nas Varas de Execuções Penais.

Art. 4º Em face da natureza especial das funções, os Técnicos Especializados em Infância e Juventude e os Técnicos Especializados em Execução Penal farão jus ao valor correspondente à gratificação de risco de vida percebida em janeiro de 2011 na forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, a título de irredutibilidade e recomposição remuneratórias.

Art. 5º Aos ocupantes dos cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e Técnico Especializado em Execução Penal não é conferida equiparação, nem a percepção de vantagens pecuniárias reservadas aos ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 6º Os cargos de Técnico Especializado em Infância e Juventude e de Técnico Especializado em Execução Penal, na medida em que vagarem, passarão a recompor o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, sob a denominação de Técnico Judiciário.

Art. 7º Ficam alteradas as Tabelas 3, dos Anexos I e II, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 629/12

Autoriza a criação da Empresa Pública denominada IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, extinguindo a autarquia denominada Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir empresa pública sob a denominação de IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Casa Civil.

Parágrafo único. A empresa IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo seu território, podendo criar e manter dependências e sucursais.

Art. 2º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá por finalidade e competência:

I - editar, imprimir e distribuir os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por Lei, de natureza pública e privada;

II - manter sob sua permanente guarda e conservação, por meio digital, em atribuição conjunta com o Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, as publicações dos atos e documentos públicos e privados por ela veiculados;

III - prestar serviço de certificação digital para os Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios, para o Poder Judiciário da União e dos Estados, e

Art. 3º O capital inicial da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ será de R\$ 37.804.225,57 (trinta e sete milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos) pertencentes integralmente ao Estado.

Parágrafo único. O capital previsto neste artigo poderá ser elevado por ato do Poder Executivo e mediante:

- I - incorporação de recursos de origem orçamentária;
- II - incorporação de reservas decorrentes de lucros líquidos da Empresa;
- III - reavaliação do ativo;
- IV - recursos de outras fontes.

Art. 4º Constituem recursos da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ:

- I - as receitas operacionais;
- II - as receitas obtidas por empréstimos e financiamentos;
- III - as receitas patrimoniais;
- IV - as doações e legados de qualquer espécie;
- V - as dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;
- VI - recursos provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. Apenas em caráter excepcional e para permitir a continuidade dos serviços públicos executados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, serão consignadas dotações em seu favor no orçamento do Estado.

Art. 5º A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho de Administração;

demais entidades de interesse público, observada a legislação estadual pertinente ao assunto;

IV - manter serviços de certificação digital e mecânica, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

V - certificar por meio digital e mecânico, a pedido de qualquer interessado, os documentos objeto de suas publicações;

VI - prestar serviços eletrônicos de publicação dos Diários Oficiais, garantindo o seu acesso mediante a utilização de tecnologias atualizadas;

VII - editar, imprimir e publicar, em meio físico e eletrônico, documentos de relevante interesse da coletividade, em especial àqueles destinados à promoção da cultura e da cidadania;

VIII - desempenhar outras atividades compatíveis com suas finalidades.

§ 1º Na hipótese do inciso I, compreender-se-á a matéria de interesse privado, aquela de divulgação obrigatória nos Diários Oficiais.

§ 2º Serão publicadas gratuitamente as matérias oficiais administrativas, normativas e de pessoal emanadas da administração direta do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e dos órgãos do Poder Judiciário, sendo também gratuita a certificação de documentos solicitada por esses órgãos.

§ 3º Os serviços não mencionados no parágrafo anterior serão remunerados e realizados de acordo com valores médios de mercado.

§ 4º Para o atingimento de suas finalidades a IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ manterá parque gráfico próprio, bem como a estrutura necessária para prestação da certificação digital e mecânica de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações e/ou guarda.

§ 5º Os serviços de certificação digital referidos neste artigo serão prestados pela IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ em atribuição conjunta com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR.

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

IV - Conselho Editorial.

Art. 6º O Conselho de Administração será constituído por seis membros, a saber:

I - Chefe da Casa Civil, como Presidente;

II - Secretário de Estado da Administração e da Previdência;

III - Secretário de Estado da Cultura;

IV - Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V - o Diretor Presidente da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, como Secretário Executivo;

VI - um representante dos empregados da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, indicado na forma prevista na Lei nº 8.096, de 14 de junho de 1985, alterada pela Lei nº 8.681, de 30 de dezembro de 1987 e do seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.343, de 18 de setembro de 1985, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 30 de dezembro de 1997.

§ 1º Os membros referidos neste artigo serão representados pelos seus substitutos legais nas suas ausências e/ou impedimentos.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo Governador do Estado.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar a programação anual e plurianual dos trabalhos;

II - promover o acompanhamento sistemático da execução dos programas e avaliar-lhes o resultado;

III - autorizar o aumento de capital sempre que necessário e submetê-lo à aprovação do Governador do Estado;

IV - deliberar sobre alienação, gravame e aquisição de bens patrimoniais;

V - aprovar o quadro de pessoal e fixar os critérios para sua remuneração;

VI - aprovar o orçamento-programa e deliberar sobre os contratos e convênios a serem celebrados;

VII - examinar e submeter à aprovação do Governador a proposta de Estatuto e suas eventuais alterações;

VIII - aprovar o Regimento Interno e suas eventuais modificações;

IX - exercer outras competências afins e correlatas.

Art. 8º A Diretoria Executiva será composta por três diretores, sendo um Diretor-Presidente e dois diretores auxiliares, cujas competências serão definidas em Estatuto.

Art. 9º O Conselho Fiscal será composto por três membros, sendo um deles indicados livremente pelo Governador, um indicado pelo Conselho de Administração e um indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 10. Compete ao Conselho Fiscal:

I - examinar os balancetes mensais, o balanço e o demonstrativo de lucros e perdas;

II - emitir pareceres, quando solicitados pelo Diretor-Presidente e pelo Conselho de Administração, sobre assuntos de ordem administrativa e financeira;

III - fiscalizar a aplicação dos fundos e rendas, procedendo e verificando os respectivos valores;

IV - proceder o exame, quando necessário e a qualquer tempo, da contabilidade e de documentos a ela vinculados;

V - solicitar a contratação de auditoria independente;

VI - exercer outras competências afins e correlatas.

Parágrafo único - Somente podem ser nomeados para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no país, diplomadas em curso de nível universitário.

Art. 11. O Estatuto disporá sobre o funcionamento dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 12. O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não será remunerado.

Art. 13. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão mandatos de quatro anos, não podendo, entretanto, exceder o período governamental em que tenham sido designados, ficando vedada a recondução por mais de um período.

Art. 14. O regime de pessoal da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ será obrigatoriamente o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º A contratação de empregados, salvo para as funções de direção, será precedida por concurso público de provas ou provas e títulos, realizado pela própria empresa ou por entidades públicas ou privadas especializadas.

§ 2º Ficam criados cento e setenta e dois empregos sob regime da Legislação Trabalhista, os quais estarão detalhados no Plano de Cargos e Salários, a ser regulamentado mediante Decreto, conforme disposto no art. 21 da presente Lei.

Art. 15. A Casa Civil da Governadoria exercerá o controle dos resultados da atuação da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ, especialmente quanto ao atendimento das finalidades, objetivos institucionais e de sua situação administrativa e financeira.

Art. 16. A IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ gozará das isenções conferidas à Fazenda Estadual.

Art. 17. As contas da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ serão submetidas ao exame e apreciação do Tribunal de Contas do Estado, nos prazos fixados pela legislação em vigor.

Art. 18. Cabe ao Poder Executivo Estadual adotar as medidas necessárias à criação da empresa pública de que cuida esta Lei, no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data da sua vigência.

Art. 19. Arquivados os atos de constituição da empresa pública no registro competente, empossada sua diretoria e contratados os empregados aprovados em concurso público será considerada automaticamente extinta a entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, criada pelo Decreto-Lei nº 480, de 27 de junho de 1946 e erigido em autarquia pela Lei Estadual nº 5.970, de 15 de julho de 1969 e imediatamente desafetados seus bens.

§ 1º Arquivados os documentos constitutivos, a empresa pública contratará seu quadro de pessoal no prazo máximo de cento e oitenta dias.

§ 2º Extinta a entidade autárquica referida no *caput* deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a elevar o capital social da empresa pública criada, integralizando-o com bens móveis, imóveis, direitos e valores que se encontravam a serviço da autarquia.

Art. 20. Extinta a autarquia, os servidores alocados no DIOE serão realocados para outros órgãos da Administração Direta ou para a Administração Autárquica, a critério da Secretaria de Estado de Administração e da Previdência.

§ 1º Com a única finalidade de garantir a continuidade do serviço público, o Poder Executivo poderá pôr à disposição da empresa pública criada, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, os servidores que se encontravam lotados na autarquia extinta.

§ 2º Aos servidores públicos alocados no DIOE ficam assegurados todos os direitos, vantagens, deveres e obrigações que lhes atribuir a legislação própria, a qual continuarão sujeitos.

Art. 21. A Empresa Pública fará publicar regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras e de gestão de recursos humanos necessários para a execução de suas atividades.

§ 1º O regulamento que tratará da contratação de serviços, materiais, equipamentos e obras observará critérios de publicidade, economicidade, isonomia e eficiência no estabelecimento de seus procedimentos.

§ 2º O regulamento que tratará dos procedimentos de

gestão de recursos humanos observará:

a) os princípios da publicidade e impessoalidade, com a utilização de regras claras de recrutamento e critérios técnicos de avaliação, observada a divulgação em meio de comunicação de grande circulação, do edital de abertura do certame e de seu resultado final;

b) padrões compatíveis com os praticados no mercado por entidades congêneres para funções com exigência de qualificação e responsabilidades semelhantes quando da fixação de salários;

c) na elaboração de plano de cargos e salários, critérios que privilegiem o mérito, a capacitação profissional e o desempenho dos empregados, respeitada, obrigatoriamente, a capacidade financeira e o equilíbrio orçamentário da empresa pública.

Art. 22. É vedado aos Conselheiros e aos Diretores da IMPRENSA OFICIAL-PARANÁ serem proprietários ou diretores de empresa gráfica.

Art. 23. Ficam transferidos para a Casa Civil da Governadoria os cargos de provimento em comissão da entidade autárquica Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE, sendo concedida a estes novas denominações e mantidas as mesmas simbologias: um cargo de Diretor Presidente, símbolo DAS-1 para Assessor; um cargo de Diretor Adjunto, símbolo DAS-3 para Assessor; um cargo de Diretor Administrativo, símbolo DAS-3 para Assessor; um cargo de Gerente Administrativo Financeiro, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Gerente Comercial, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Gerente de Produção, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Assessor Técnico, símbolo 2-C para Assistente; um cargo de Assistente de Produção, símbolo 4-C para Assistente; dois cargos de Oficial de Gabinete, símbolo 7-C para Assistente; e dois cargos de Assistente, símbolo 13-C para Assistente.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 626/12

EMENTA: Cria 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo V da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 2º Fica alterado o art. 4º da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário estadual, composto por cento e quarenta e cinco (145) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado."

Art. 3º Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Assessor de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4; 25 (vinte e cinco) cargos de Secretário de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4; 25 (vinte e cinco) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5; 50 (cinquenta) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C; 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C; e 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

§ 1º Os cargos criados na forma do *caput* destinam-se ao assessoramento prestado nos gabinetes dos Desembargadores criados no artigo 1º.

§ 2º Os cargos de Assessor de Desembargador, Assessor II de Desembargador e Assistente de Desembargador são privativos de Bacharel em Direito.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 4º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 5º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 7º Ficam alterados os anexos V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e dos cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

A criação proposta tem por objetivo dotar o segundo grau de jurisdição do Estado do Paraná de estrutura adequada para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais.

A adoção de assessoria qualificada (Bacharel em Direito) para todos os Juizes de 1º Grau do Estado do Paraná, bem como o aumento do número de varas em todo o Estado – em especial nas Comarcas de maior movimento forense – fez com que o número de recursos ao Tribunal de Justiça dobrasse exponencialmente.

Existe, hoje, esperando distribuição, cerca de 36.000 (trinta e seis mil) recursos.

Além disso, o processo eletrônico, devido à rapidez com que se desenvolve e são concluídos, tem colaborado para acrescentar ainda mais recursos à apreciação do Tribunal.

Já existem câmaras no Tribunal de Justiça cujo Desembargador que a integra tem recebido de 1.000 (um mil) a 1.500 (um mil e quinhentos) recursos por mês.

A única forma de se evitar a obstrução do Segundo Grau reside na elevação do número de Desembargadores e, ao mesmo tempo, no acréscimo de pelo menos um Assessor no quadro atual (total de seis).

No Rio Grande do Sul, cuja população é semelhante à do Paraná, o Tribunal de Justiça é integrado por 140 (cento e quarenta) Desembargadores.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Por isso, a criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador, com os respectivos cargos de assessoramento, se apresenta como solução adequada para o momento, pois a medida possibilitará a criação de cinco novas Câmaras Recursais de Julgamento, com a respectiva especialização de matérias.

Os cargos de assessoramento criados são aqueles já disponibilizados aos atuais Desembargadores do Tribunal de Justiça, sendo 1 (um) cargo de Assessor de Desembargador DAS-4; 1 (um) cargo de Secretário de Desembargador DAS-4; 1 (um) cargo de Assessor II de Desembargador DAS-5; 2 (dois) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador 1-C; 1 (um) cargo de Assistente de Desembargador 1-C; e 1 (um) cargo de Assistente II de Desembargador 3-C, para cada um dos 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador ora criados.

A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro último.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com a redação final, vez que são parte integrante desta Lei.

Registre-se que o custo de criação dos cargos de Desembargador e dos cargos de assessoramento, é estimado em aproximadamente R\$ 25.462.000,00 (vinte e cinco milhões quatrocentos e sessenta e dois mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 27.675.000,00 (vinte e sete milhões seiscentos e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 30.100.000,00 (trinta milhões e cem mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei proposta de lei orçamentária para o exercício de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e de cargos de provimento em comissão, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito da Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
2ª INSTÂNCIA								32
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	32							32
SUBTOTAL	32	0	0	0	0	0	0	32



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Turma Recursal	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
2ª INSTÂNCIA									
TRIBUNAL DE JUSTIÇA		145						145	
SUBTOTAL		145	0	0	0	0	0	145	
...									

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.676/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, ____/____/____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012


1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação de 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e de cargos de provimento em comissão.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 626/12

Projeto de Lei nº. 626/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências.

EMENTA: CRIA VINTE E CINCO CARGOS DE DESEMBARGADOR E OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por objetivo criar 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciária).

FUNDAMENTAÇÃO

Recebido vista.
em 12 / 12 / 2012
Tadeu
Tenen
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Grifos Nossos).

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

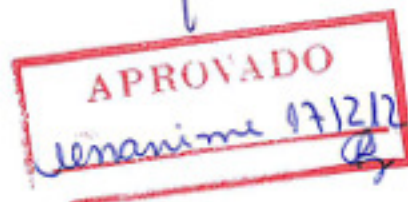
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 626/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1676/12 que objetiva criar 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e cargos de provimento em comissão, alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003. (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que o custo de criação dos cargos de Desembargador e dos cargos de assessoramento, é estimado em aproximadamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

R\$25.462.000,00 (vinte e cinco milhões quatrocentos e sessenta e dois mil reais) para o exercício de 2013, R\$27.675.000,00 (vinte e sete milhões seiscientos e setenta e cinco mil reais) para o exercício de 2014 e R\$30.100.000,00 (trinta milhões e cem mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 627/12

SÚMULA: Cria 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam criados 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do caput são privativos de Bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 2º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 3º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação de 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A criação proposta tem por objetivo dotar o segundo grau de jurisdição do Estado do Paraná de estrutura adequada para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais.


A adoção de assessoria qualificada (Bacharel em Direito) para todos os Juízes de 1º Grau do Estado do Paraná, bem como o aumento do número de varas em todo o Estado – em especial nas Comarcas de maior movimento forense – fez com que o número de recursos ao Tribunal de Justiça dobrasse exponencialmente.

Existe, hoje, esperando distribuição, cerca de 36.000 (trinta e seis mil) recursos.

Além disso, o processo eletrônico, devido à rapidez com que se desenvolve e são concluídos, tem colaborado para acrescentar ainda mais recursos à apreciação do Tribunal.

Já existem câmaras no Tribunal de Justiça cujo Desembargador que a integra tem recebido de 1.000 (um mil) a 1.500 (um mil e quinhentos) recursos por mês.

Por isso, a criação de 115 (cento e quinze) cargos de assessoramento aos Desembargadores apresenta-se como solução adequada para o momento, possibilitando ao magistrado de segundo grau o aumento de sua produtividade, a exemplo do que já ocorre em primeiro grau. Por óbvio, não representa o ideal para se atingir a plena eficácia dos serviços judiciários, mas constitui extraordinário avanço para se obter Justiça da melhor qualidade.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os cargos comissionados criados na forma deste anteprojeto são privativos de bacharéis em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores.

O provimento dos cargos dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprido o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, cujo art. 1.º veda a "prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados".

O cargo em comissão, pelas suas peculiaridades, revela-se ideal para o provimento ora enfocado. Primeiro, por privilegiar, sobretudo, a competência e produtividade. O ocupante do cargo, indicado para nomeação pelo Desembargador junto ao qual exercerá suas atividades, caso não atinja as metas estabelecidas, é demissível "*ad nutum*", posto que tal comissionamento não gera vínculos ou encargos de qualquer natureza para a Administração. Segundo, em se tratando de cargo privativo de bacharel em Direito, permite aos Desembargadores selecionar excelentes quadros, dentre os bacharéis que visam a prestar concursos para as carreiras jurídicas, dada a exigência de três (3) anos de prática jurídica em assessoramento superior. Terceiro, como já ressaltado, a absoluta vedação do nepotismo admite apenas a competência e operosidade como critério de seleção – além, por óbvio, da relação de confiança absoluta entre o magistrado e seu auxiliar, dada a natureza do trabalho a ser desenvolvido.

É inquestionável o ganho de produtividade para os serviços judiciários no Estado do Paraná, decorrente da medida ora submetida à elevada apreciação dessa Casa de Leis.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 03 de dezembro último.

Registre-se que o custo de criação dos 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador é estimado em aproximadamente R\$ 10.930.000,00 (dez milhões novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 11.552.000,00 (onze milhões quinhentos e cinquenta e dois mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 12.212.000,00 (doze milhões duzentos e doze mil reais) para o exercício para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei proposta de lei orçamentária para o exercício de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da criação de 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 05 de dezembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 05 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.677/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em, ____/____/____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação de 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/12

Projeto de Lei nº. 627/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DE 115 (CENTO E QUINZE) CARGOS DE ASSESSOR II DE DESEMBARGADOR, DE COMISSÃO, SIMBOLOGIA DAS-5. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Concedido vista.
Em 12 / 12 / 2012
Tadeu J. J. J.
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.


Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator

APROVADO

17.12.12

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Dep Tadeu
Veneri
17.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 627/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1677/12 que objetiva criar 115 (cento e quinze) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que o custo de criação dos 115 (cento e quinze) cargos de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Assessor II de Desembargador é estimado em aproximadamente R\$10.930.000,00 (dez milhões, novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2013, R\$11.552.000,00 (onze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil reais) para o exercício de 2014 e R\$12.212.000,00 (doze milhões e duzentos e doze mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO EDIS VERRI
RELATOR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 634/12

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Paraná, constante da Tabela 2, do Anexo III, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, passam a ser os definidos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As tabelas de vencimentos estabelecidas nesta Lei correspondem a uma jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas semanais e serão atualizadas no caso de revisão geral anual.

Art. 2º. Os valores correspondentes à vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) percebida pelos servidores do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado serão deduzidos dos valores derivados da elevação dos vencimentos decorrentes desta Lei.

Parágrafo único. Os valores correspondentes à verba de representação prevista no artigo 19 da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2009, comporão o vencimento dos servidores dos grupos ocupacional Especial Superior e Superior de Apoio Especializado para o cálculo da VPNI.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 1º de fevereiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

(Altera o Anexo III, Tabela 2, da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, e alterações posteriores)

ANEXO III

Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça

Enquadramento e Tabela de Vencimento

TABELA 2

GRUPO SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO (SAE)		
NÍVEL ATUAL	NÍVEL - ENQUADRAMENTO	VENCIMENTO (R\$)
D-9	SAE-1	5.706,98
D-10	SAE-2	5.878,18
D-11	SAE-3	6.054,52
E-1	SAE-4	6.236,15
E-2	SAE-5	6.423,24
E-3 e E-4	SAE-6	6.615,93
E-5 e E-6	SAE-7	6.814,40
E-7	SAE-8	7.018,84
E-8 e E-9	SAE-9	7.229,40





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010.

A proposta tem por objetivo dar continuidade ao processo de reestruturação das diversas carreiras no âmbito do Poder Judiciário Paranaense.

Em 2010, com o advento da Lei Estadual 16.748, foi implantado o Plano de Cargos e Salários que deu início ao procedimento de ajustes na composição da estrutura remuneratória do quadro de servidores, que permaneceu, por um longo período de tempo, com significativas distorções.

A primeira fase do Plano de Cargos e Salários, implantado com a Lei Estadual 16.748/2010, serviu para ajustar os problemas emergenciais. Nesta etapa, objetiva-se iniciar os ajustes pontuais em cada carreira.

Dessa forma, as carreiras contempladas nesta etapa é representada pelos profissionais de cargos de nível superior da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dentre elas as carreiras de Administrador, Analista de Sistemas, Arquiteto, Assistente Social, Bibliotecário, Contador, Dentista, Designer Gráfico, Economista, Engenheiro, Estatístico, Jornalista, Médico e Psicólogo.

Consiste, em síntese, na adequação da tabela de vencimentos ao grau de responsabilidade necessário ao desempenho das atividades específicas dos cargos das carreiras contempladas na presente proposta.

A presente proposição foi aprovada pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em Sessão realizada no dia 10 de dezembro de 2012.

Registre-se que os custos do projeto de lei em anexo representam um incremento na despesa anual na ordem de aproximadamente R\$ 6.578.000,00 (seis milhões quinhentos e setenta e oito mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 7.980.000,00 (sete milhões novecentos e oitenta mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 8.930.000,00 (oito milhões novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a despesa de pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.


ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO
Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 11 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.704/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Senhor Presidente:

Em, 12 DEZ 2012

1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO
Presidente do Tribunal de Justiça, em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 634/12

Projeto de Lei nº. 634/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo operacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.

EMENTA: REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS CARGOS DO GRUPO OPERACIONAL SUPERIOR DE APOIO ESPECIALIZADO DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre o vencimento dos cargos do grupo operacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGIS.
Pag. 10
Jm

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifos Nossos).

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISL.
Pag 13
f.m.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR




APROVADO

Unanime 17/12/12




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 634/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1704/12 que objetiva dispor sobre o vencimento dos cargos do Grupo Ocupacional Superior de Apoio Especializado do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e altera dispositivos da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010 e estabelece outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro, conforme justificativa do autor da proposta, representa um incremento na despesa anual na ordem de aproximadamente R\$6.578.000,00 (seis milhões, quinhentos e setenta e



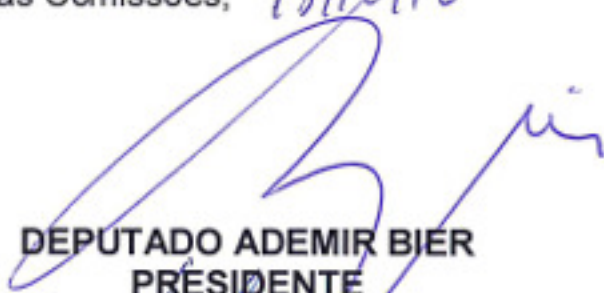
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

oito mil reais) para o exercício de 2013, R\$7.980.000,00 (sete milhões, novecentos e oitenta mil reais) para o exercício de 2014 e R\$8.930.000,00 (oito milhões, novecentos e trinta mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o devido parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO EMÍLIO VERRINI
RELATOR






MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI 635/12



Súmula: Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I – para compor o Grupo Ocupacional Superior:

- a) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Operações e Segurança;
- b) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Administração de Banco de Dados;
- c) 02 (dois) cargos efetivos de Psicólogo;
- d) 01 (um) cargo efetivo de Médico;
- e) 01 (um) cargo efetivo de Arquiteto;
- f) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Civil;
- g) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Eletricista;
- h) 02 (dois) cargos efetivos de Estatístico;
- i) 01 (um) cargo efetivo de Analista de Sistema;
- j) 04 (quatro) cargos efetivos de Analista de Comunicação;

II – para compor o Grupo Ocupacional Intermediário:

- a) 01 (um) cargo efetivo de Programador;
- b) 04 (quatro) cargos efetivos de Técnico em Informática;
- c) 40 (quarenta) cargos efetivos de Auxiliar Técnico;
- d) 03 (três) cargos efetivos de Técnico em Edificações;

III – para compor o Grupo Ocupacional Básico:

- 20 (dez) cargos efetivos de Oficial de Promotoria;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



IV - 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Comunicação, símbolo DAS-4;

V - 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS-4;

VI - 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5;

Art. 2º. Ficam transformados, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, 34 (trinta e quatro) cargos efetivos de Técnico Superior nos seguintes cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior:

I - 12 (doze) cargos efetivos de Auditor;

II - 11 (onze) cargos efetivos de Assistente Social;

III - 08 (oito) cargos efetivos de Administrador;

IV - 02 (dois) cargos efetivos de Pedagogo;

V - 01 (um) cargo efetivo de Arquivista.

Parágrafo único. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º. A investidura nos cargos efetivos de que tratam o artigo 1º, incisos I a III e o artigo 2º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 5º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados ou transformados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 6º. Os cargos criados ou transformados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, a partir de 1º de janeiro de 2013, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 7º. A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, de 85 (oitenta e cinco) cargos de provimento efetivo e de 69 (sessenta e nove) cargos de provimento em comissão, bem como a transformação de 34 (trinta e quatro) cargos de provimento efetivo, e outras providências.

Visa a presente proposta suprir as necessidades decorrentes da defasagem dos cargos do Ministério público em relação ao Poder Judiciário, a par da implementação de mais uma nova etapa da remodelação e ampliação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

06
PROMOTORIA GERAL

estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.

Concentrando-se nos serviços auxiliares surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Com relação à proposta de criação de cargos de provimento efetivo, convém esclarecer que os cargos de *engenheiro civil, engenheiro eletricitista, arquiteto e técnico em edificações*, resulta da verificação da necessidade e da vantajosidade funcional e econômica de se ter junto ao Departamento de Infraestrutura um serviço próprio de coordenação e supervisão das construções de sedes e subsedes do Ministério Público, na Capital e no Interior, atuando desde a fase de elaboração dos projetos até a ocupação do imóvel, bem como na manutenção, reforma e adaptação dos já existentes, vistorias, assessoramento nas questões atinentes à aquisição de matérias e equipamentos, contratação de serviços específicos etc.

Os cargos efetivos de *médico, pedagogo, psicólogo e assistente social* destinam-se a compor os serviços auxiliares nas áreas de atuação específica dos Centros de Apoio Operacional e Promotorias de Justiça, incumbindo ainda ao primeiro integrar junta de perícia médica da Instituição e atuar nos procedimentos internos que envolvam questões de saúde de membros e servidores do Ministério Público e eventuais afastamentos por este motivo, aposentadoria por invalidez, bem como em procedimentos administrativos disciplinares. Os 11 (onze) cargos de *assistente social*, resultante da transformação de igual número de cargos de técnico superior, encontram justificativa na necessidade de prover cada uma das comarcas elevadas à entrância final no ano de 2012 (Arapongas, Apucarana, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Pato Branco, Paranaíba, Paranaguá, Toledo, União da Vitória e Umuarama) com, no mínimo, 01 (um) profissional de serviço social para atuação regionalizada em demandas coletivas, projeto MP Social e, ainda, atender às Resoluções nº 67, de 16.05.2011 e nº 71, de 15.07.2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõem sobre a fiscalização de unidades socioeducativas e abrigos

A previsão de novos cargos efetivos de *administrador, auditor, arquivista, estatístico e auxiliar técnico* destina-se a suprir a necessidade do



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ministério Público tanto área administrativa quanto institucional, sempre crescente em razão do aumento da demanda, enfatizando-se a necessidade de organização de Centrais de Atendimento ao Cidadão, cuja estrutura é formada basicamente por auxiliares técnicos, nas comarcas de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava. Os 12 (doze) cargos de auditor, resultante da transformação de igual número de cargos de técnico superior, visam reforçar as estruturas regionais de auditoria das unidades de Umuarama, Paranaíba, Pato Branco, Francisco Beltrão e Guarapuava, que funcionam com apenas um auditor e, ainda, estruturar núcleos em comarcas elevadas à entrância final no ano de 2012 (Arapongas, Apucarana, Cianorte, Campo Mourão, Paranaguá, Toledo e União da Vitória)

Os cargos efetivos de *analista de sistemas, programador e técnico em informática* deverão compor as equipes dos Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro e de Monitoramento de Sinais que funcionam em razão do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Justiça, dando suporte a investigações e desenvolvendo sistemas de inteligência aptos ao enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Neste aspecto a equipe técnica corresponde à contrapartida do Ministério Público do Estado do Paraná diante do citado Acordo de Cooperação Técnica, firmado com o Ministério da Justiça, ao qual coube a disponibilização dos equipamentos, softwares e capacitação dos servidores.

Os novos cargos efetivos de *analista de operações e segurança* e de *analista de administração de banco de dados* vão compor o Departamento de Tecnologia da Informação. Ao primeiro caberá a responsabilidade pelo projeto e manutenção do esquema de segurança da rede, incluindo a segurança de equipamentos (acesso físico), dos dados (acesso não autorizado) e de sistemas operacionais de clientes e servidores; pela proposição, implementação e monitoramento da política de segurança quanto ao uso de recursos computacionais; pela operação dos sistemas e equipamentos portados no *Data Center* da Instituição; pelo monitoramento constante de aspectos novos relacionados à segurança (notas técnicas de invasão, novos bugs de segurança encontrados em produtos na rede etc. Ao cargo de *analista de administração de banco de dados* incumbirá a responsabilidade pela administração de Banco de Dados existentes no Ministério Público do Paraná, dentro de parâmetros de segurança e integridade, tendo em vista as inovações tecnológicas e as alterações necessárias às aplicações; pela projeção de estruturas de novos bancos de dados, bem como pelo desenvolvimento de programas utilitários, orientação dos usuários na



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



utilização do sistema. A criação destes cargos é essencial para dotar o Ministério Público do Paraná dos recursos humanos necessários com vistas à autonomia da Tecnologia da Informação, conforme previsto pelo Plano de Informática 2009/2014.

A criação de 20 (vinte) novos cargos de *oficial de promotoria*, que detêm o encargo de apoio administrativo às Promotorias de Justiça, decorre da ampliação da estrutura do Poder Judiciário em primeiro grau, perante o qual deve officiar o Ministério Público.

No tocante à criação de 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS 4 e de 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS 5, destinam-se a fazer frente à ampliação do número de cargos no Poder Judiciário, em segundo e primeiro graus, respectivamente, esclarecendo-se a opção do Ministério Público pelo reforço das assessorias de suas Procuradorias e Promotorias de Justiça, no lugar da criação de cargos de membros do Ministério Público correspondentes aos da Magistratura.

Por último, a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de *assessor de comunicação*, símbolo DAS 4, destina-se à composição das chefias de áreas da Assessoria de Comunicação que, juntamente com o criação de 04 (quatro) cargos de provimento efetivo de *analista de comunicação*, visam atender a necessidade de adequação da estrutura de comunicação do Ministério Público do Estado do Paraná, em consonância com o Plano Diretor de Comunicação recém aprovado, de modo a viabilizar o atendimento às múltiplas demandas de comunicação da Instituição, relacionadas aos projetos estratégicos das mais diversas áreas de sua atuação (criminal, cível, direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, consumidor, patrimônio público, infância e juventude, idosos, portadores de deficiência, habitação e urbanismo etc) direitos humanos, em todo o Estado.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE (cf. Informação nº 398/2012), o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de fevereiro de 2013, o montante de R\$ 452.017,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e oitenta e quatro centavos) referente aos cargos de provimento em comissão e, a partir de junho de 2013, mais R\$ 403.023,53



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



(quatrocentos e três mil, vinte e três reais e cinquenta e três centavos) referente aos cargos de provimento efetivo, corresponde a um acréscimo mensal, respectivamente, de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) a partir de fevereiro de 2013 e mais 1,47 (um vírgula quarenta e sete por cento) a partir de junho de 2013, tendo referida despesa, estimada em R\$ 8.989.023,82 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2013, previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Projeto de Lei nº 492, aprovado em 27.11.2012 e encaminhado à sanção na mesma data), conforme Informação nº 2.903/12, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 2.904/12) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, para o exercício de 2013, será de 0,03599% (zero vírgula zero três cinco nove nove por cento) em relação à receita corrente líquida prevista, fixando-se com este acréscimo em 1,655% (um vírgula seiscentos e cinquenta e cinco por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por maioria, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 06 de dezembro próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Anteprojeto de Lei encaminhado com o Ofício nº 2619/12-GAB, de 11 de dezembro do ano em curso, apresenta adequação orçamentária e financeira com a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013 (Projeto de Lei nº 492, aprovado em 27.11.2012 e encaminhado à sanção na mesma data), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09 de junho de 2012 (LDO).

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça

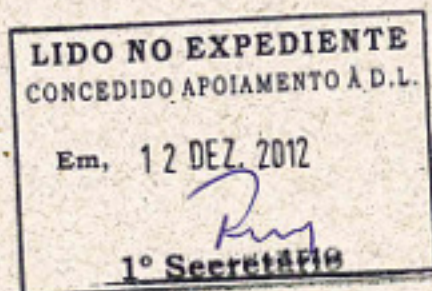


MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 2619/12-GAB

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.



I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 12/12/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 635/2012

Projeto de Lei nº 635/2012
Autor: Ministério Público

Súmula: Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

EMENTA: CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO. TRANSFORMA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO. SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa criar cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos em provimento efetivo.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 12 / 12 / 2012

Todos Deputados

COJ

Dr



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º. 95/98.

CONCLUSÃO

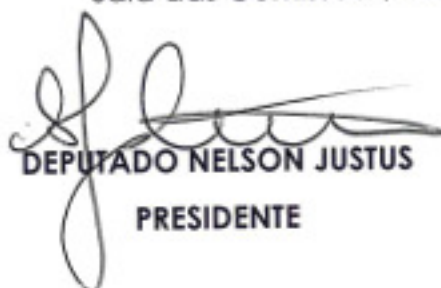


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

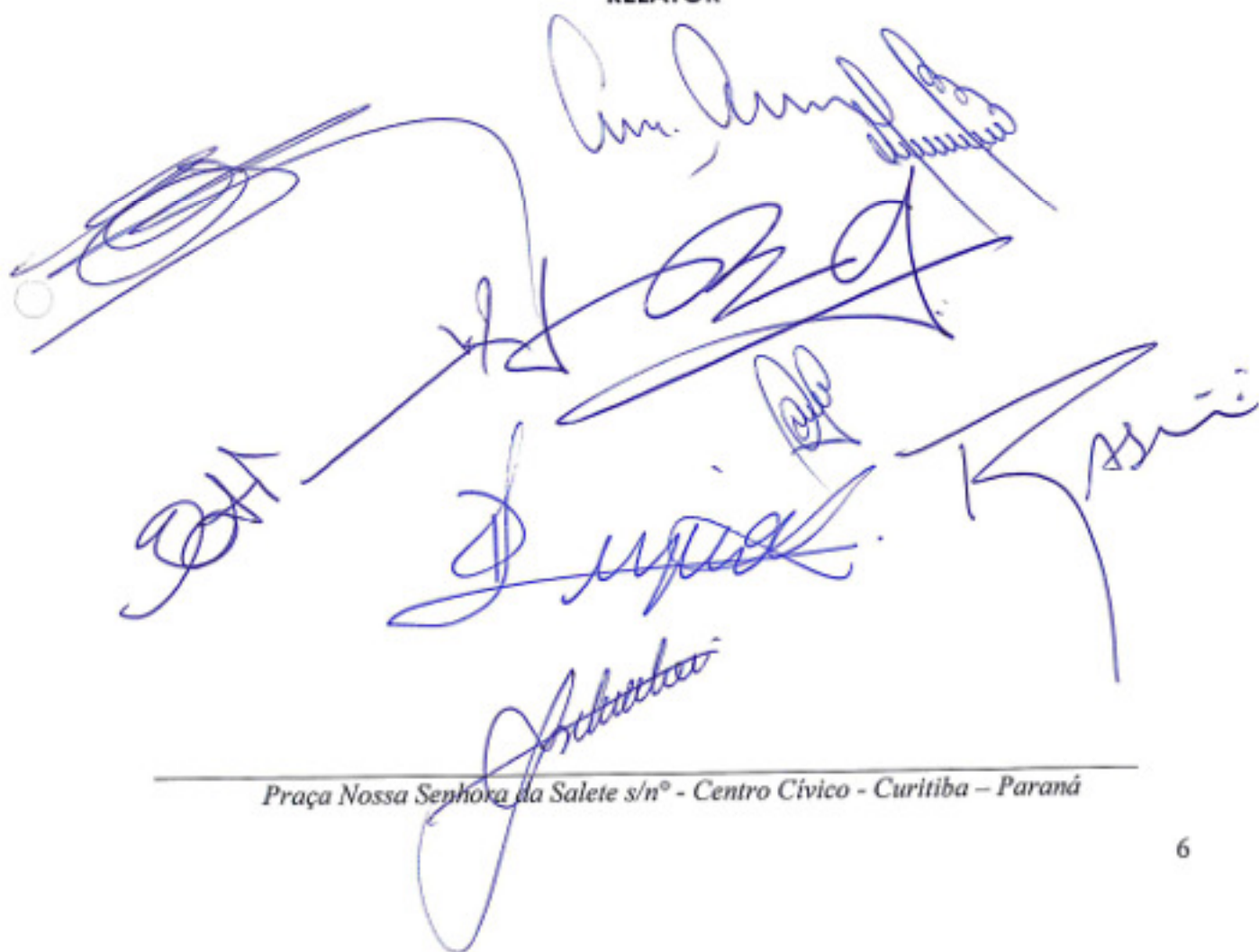
DIRETORIA LEGAL
Pg. 18
lu

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO Alexandre Curi
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 635/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público do Estado do Paraná – Ofício nº 2619/12, objetiva criar cargos de provimento efetivo e em comissão no Quaro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se plenamente justificado.

Observamos que o autor da proposta informa que, as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, observados os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta vem acompanhada dos cálculos elaborados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (Informação nº 398/2012), constando que o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir, a partir de fevereiro de 2013, o montante de R\$452.017,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, dezessete reais e oitenta e quatro centavos), referente aos cargos de provimento em comissão e, a partir de julho de 2013, mais R\$403.023,53 (quatrocentos e três mil, vinte e três reais e cinquenta e três centavos) referente aos cargos de provimento efetivo, corresponde a um acréscimo mensal, respectivamente, de 1,65% (um virgula sessenta e cinco por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



cento) a partir de fevereiro de 2013 e mais 1,47% (um virgula quarente e sete por cento) a partir de junho de 2013, tendo a referida despesa, estimada em R\$8.989.023,82 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, vinte e três reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2013.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com a Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013, compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 02 de junho de 2012 (LDO).

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO Elio Rusch
RELATOR